

PARECER DE CONSELHEIRO Nº 055/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2023

Porto Velho-RO, 28 de agosto de 2023.

CONSELHEIRO RELATOR: Régis André Georg- Coren- RO n. 245.968

EMENTA: Processo Administrativo (PAD) n. 199/GAB/2023, emissão de parecer opinativo e fundamentado, esclarecendo sobre escalas de plantão de 36 horas.

1-DA DESIGNAÇÃO:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia, Dr. Manoel Carlos Neri da Silva, atendendo a vossa designação através da Portaria Coren-RO n. 327, de 08 de agosto de 2023 e recebida por este conselheiro na mesma data, passo a relatar:

2-DO OBJETO:

Processo Administrativo (PAD) n. 199/2023, que trata da consulta formulada pela Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia e questionada pelos servidores do Hospital Regional de Extrema, distrito de Porto Velho, sobre a escala de plantões ininterruptas de até 36 horas consecutivas.

3-DA ANÁLISE:

Para análise do PAD, precisa ser realizado um breve relato desta discussão:

No ano de 2018, o Governo do Estado de Rondônia, proibiu que servidores da saúde realizassem plantões com carga horária superior a 24 horas consecutivas. A época fora realizada reuniões sobre o tema no TCE de Rondônia, inclusive com a presença de sindicatos, conselhos, representantes do governo, MP e políticos do Estado. Na reunião em questão ficou acordado que nos municípios de São Francisco do Guaporé, Buritis e o Distrito de Extrema, pertencente ao município de Porto Velho seria permitida a realização de plantões com até 36 horas de duração, visto que a maioria dos profissionais (médicos e enfermeiros) que ali trabalhavam não residiam naquelas localidades.

Este ano a SESAU requereu ao Coren RO um parecer sobre plantões de 24 horas consecutivas, ao que foi respondido de maneira técnica, com base na legislação. Porém a SESAU utilizou o parecer para limitar a carga horária nestas localidades, sem levar em consideração o que já havia sido acordado lá em 2018 com a presença do então Secretário Estadual de Saúde Fernando Máximo.

Posterior a esta situação o Conselho recebeu um abaixo assinado dos profissionais que labutam em Extrema, bem como várias outras consultas por parte dos servidores de Buritis e São Francisco do Guaporé, que são objetos deste PAD.

Após o sucinto descritivo acima mencionado passo a concluir o parecer.

4-DA CONCLUSÃO:

Considerando a Resolução 564/2017 (Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

Considerando a LEI 5905/73 que dispõe sobre a criação dos Conselhos Regionais de Enfermagem e o Conselho Federal de Enfermagem;

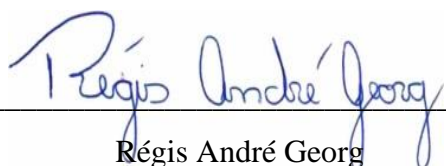
Considerando a LEI Complementar 1061/2020, a LEI 1076/2020 e a LEI 1102/2021 que aplicar o PCCR dos servidores do Estado de Rondônia;

Analisado o PAD 199/GAB/2023, este conselheiro que aqui subscreve, conclui que não existe limitação ética no tocante à jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem, cabendo assim a administração pública e os servidores chegarem a um

consenso sobre sua jornada de trabalho, nos casos pontuais de São Francisco do Guaporé, Buritis e Distrito de Extrema.

Concluo ainda que cada profissional é responsável por seu registro junto ao conselho de classe, sendo unicamente o responsável pelas suas faltas éticas junto a este conselho.

Este é o parecer, SMJ.



Régis André Georg
Conselheiro Relator
Coren-RO n. 245.968